GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

Imbituba

65 anos

Prefeito(a) Municipal

Rosenvaldo da Silva Junior

Vice-Prefeito(a)

Clésio

Secretário(a) Municipal de Saúde

Emanoel Mattos

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Marcelo

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Nome completo

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Nome completo

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Nome completo

2023

VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADO DE SANTA CATARINA

SUV Superintendência de Vigilância em Saúde

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	xx/xx/2022		
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano via SGPe

Local	Responsável	N° do Processo

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde			
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitarista)			

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I.
II.
Colaboradores
I.
II.
Revisores
I.
II.

Lista de Abreviaturas

Lista de Quadros

Lista de Tabelas

Lista de Figuras

Sumário

Apresentação 7

1.1 Objetivo Geral 8

1.2 Objetivos Específicos 8

2. Marco legal e normativo 8

3. Caracterização do Município 11

3. 1 Aspectos Socioeconômicos 11

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 11

3.3 Atividades Econômicas 11

3.4 Características físicas 11

3.4.1 Clima 11

3.4.2 Pluviometria 11

3.4.3 Pedologia 12

3.5 Hidrografia 12

3.6 Saúde 12

3.7 Assistência Social 12

3.8 Segurança 12

3.9 Obras 12

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 13

5. Gestão de Risco em Desastres 13

5.1 (Inserir a classificação do desastre, de acordo com o COBRADE) 16

5.2.1 Redução de riscos 16

5.2.2 Resposta 18

5.2.3 Recuperação 18

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública. 19

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 19

6.2 Sala de situação 20

7. Informações à população 21

8. Capacitações 21

9. Referências 21

Glossário 22

Apresentação

O Vigidesastres é um programa da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde que tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para reduzir a exposição da população e dos profissionais de saúde aos riscos de desastres e as doenças deles decorrentes.

O Programa VIGIDESASTRES baseia-se nas diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde e é composto de modelo, campo e forma de atuação, com proposta de ações básicas e estratégicas, competências e atribuições ***para os três níveis de governo.*** Sua gestão compete à Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS, no nível federal, e às ***Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde*** nos estados e municípios.

Os desastres podem afetar a saúde pública sob diversos aspectos:

- Provocam um número inesperado de mortes, ferimentos ou enfermidades e congestionam os serviços locais de saúde;
- Danificam a infraestrutura local de saúde e alteram a prestação de serviços de rotina e ações preventivas, com graves consequências em curto, médio e longo prazo, em termos de morbimortalidade;
- Comprometem o comportamento psicológico e social das comunidades;
- Causam contaminação dos alimentos e sua conseqüente escassez, com graves consequências às saúdes tanto orgânicas quanto nutricionais;
- Provocam deslocamentos espontâneos da população, acarretando risco epidemiológico;
- Aumentam a exposição climática da população desabrigada;
- Destroem ou interrompem os sistemas de produção e distribuição de água para consumo humano;
- Danificam os sistemas de esgotamento sanitário favorecendo a proliferação de vetores nocivos à saúde;
- Interrompem os serviços de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os de serviços de saúde e comprometem os serviços de limpeza urbana;
- Aumentam o risco de ocorrência de doenças transmissíveis.

Ao desenvolver as diretrizes estabelecidas nesse importante programa brasileiro, a Secretaria Municipal de Saúde de Imbituba, adota como finalidade básica, promover ações de

prevenção, preparação e respostas aos desastres naturais, nesse módulo, representados pelas quedas/rolamento de blocos, deslizamentos e erosões de margem fluvial que possam ocorrer no município, estabelecendo metodologias para execução dos trabalhos integrados com a Defesa Civil e todos os demais setores afins da administração municipal, para que se possa fazer o enfrentamento das ocorrências provocados por esses eventos, minimizando os impactos que os mesmos podem ter sobre a saúde da população.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Permitir a atuação da Secretaria Municipal de Saúde em situações de epidemias e desastres que demandem emprego urgente de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública, em tempo oportuno, de forma qualificada e cooperativa.

1.2 Objetivos Específicos

- Definir a estratégia de atuação da Secretaria de Saúdena resposta às emergências em saúde pública.

- Estabelecer atuação coordenada para resposta às emergências em saúde pública, potencializando a utilização de recursos.
- Permitir, por meio da atuação coordenada com órgãos intersetoriais para garantir uma resposta oportuna, eficiente e eficaz.

- Adotar o Sistema de Comando de Operaçõesde Emergência em Saúdecomo ferramentas para a gestão e a coordenação da resposta às emergências em saúde pública.

- Identificar as funções e as responsabilidades das diferentes áreas do setor saúde, durante uma emergência em saúde pública.

- Promover o cumprimento dos requisitos legais e as responsabilidades na resposta às emergências em saúde pública.

- Estabelecer a utilização de protocolos e procedimentos comuns para a resposta às emergências em saúde pública.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei n° 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- Portaria n° 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).

- Lei n° 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- Portaria n° 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

- Decreto n° 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.

- Portaria n° 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto n°7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).

- Decreto n° 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.

- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

- Lei n° 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

- Decreto n° 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

- Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".

- Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional , acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)" referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".

- Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".

- Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)".

- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.

- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município

O município de Imbituba/SC está inserido no contexto do Sistema Laguna-Barreira Pleisto-Holocênico, responsável pela atual conformação da linha de costa do litoral catarinense. Este sistema é caracterizado por depósitos praias, eólicos, lagunares e fluviais de idades pleistocênica e holocênica. Localmente, há morros e ilhas testemunhos de rochas graníticas neoproterozoicas das unidades Granito Imaruí-Capivari, mais ao sul do município e Granito Paulo Lopes ao norte.

A alteração de rochas graníticas resultam em solos residuais argilo-arenosos. Estes solos podem estar transportados por força da gravidade de regiões mais íngremes e acidentadas para a base de encostas, caracterizando solos coluvionais.

Um terceiro tipo de solo, arenoso, é encontrado no município, resultado da dinâmica costeira/marinha. Cada um desses solos apresentam composição, granulometria e estabilidade quando à movimentação gravitacional diferentes. Terrenos acidentados ou com altas declividades podem estar sujeitos a escorregamentos e constituem o principal risco geológico a que o município de Imbituba está sujeito.

Subordinadamente, há alto risco à inundação, resultado da dinâmica lacustre e das pequenas drenagens que cortam as planícies costeiras

3. 1 Aspectos Socioeconômicos

Área Territorial: 181,577km² [2022]

População:52.581pessoas [2022]

Densidade demográfica: 289,58 hab/km² [2022]

Escolarização 6 a 14 anos: 99,1 % [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal : 0,765 [2010]

Link: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Índice de desenvolvimento humano municipal : 0,765 [2010]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Santa Catarina

3.3 Atividades Econômicas

O município de Imbituba, localizado ao Sul de Santa Catarina, é reconhecido internacionalmente por suas belezas naturais. Quem busca por tranquilidade facilmente pode apaixonar-se pela cidade, com suas belas praias, lagoas, dunas, ilhas, piscinas naturais e mata nativa. Uma combinação perfeita de elementos da natureza que garantem atrativos turísticos entre os mais comentados no Brasil.

Contando com uma das baías mais belas do mundo, a Praia do Rosa, a cidade também se destaca pela sua gastronomia típica, à base de frutos do mar, oferecidas nos bares e restaurantes de toda a cidade, com destaque para o Rosa, Barra de Ibiraquera, Itapirubá e Porto da Vila, além das opções na região central da cidade.

Outras atrações de destaque são os campings, trilhas para caminhadas, corridas e ciclismo, passeios de caiaque, aulas de Stand-up Paddle e a prática de esportes náuticos, sendo palco de campeonatos nacionais e internacionais de surf, kitesurf e windsurf. Não é a toa que a Praia da Vila foi sede durante oito anos do maior campeonato de surfe mundial, o World Championship Tour (WCT), e eventualmente recebe os circuitos de acesso, o Word Qualifying Series (WQS), além de campeonatos estaduais e municipais durante todo o ano.

Sem falar nas suas construções históricas, como a Igreja Matriz, a antiga Usina Termelétrica de Imbituba – hoje transformada em espaço cultural, as igrejas Sant'Anna do Mirim e de Vila Nova, as famosas "torres gêmeas", o Imbituba Hotel e os chalés da região central, que pertenciam à família Catão.

Imbituba é considerada a capital nacional da Baleia-Franca e se destaca pelos esforços na conservação da espécie, com o Museu da Baleia como um de seus principais atrativos turísticos. Construído na antiga armação baleeira, traz equipamentos e instrumentos utilizados na caça e resgata a história da atividade, recebendo pesquisadores e visitantes do mundo todo.

A cidade possui nove praias, que oferecem a observação de baleias como atividade turística no inverno, de julho a novembro, e se destacam pela qualidade das águas, garantia certificada pela Fundação de Apoio Tecnológico ao Meio Ambiente (Fatma).

O comércio local oferece uma variedade de lojas de diferentes segmentos, tendo como destaque vestuário e calçados. A principal rua da cidade, a Nereu Ramos, oferece calçada estendida para o pedestre passear com segurança. O comércio funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h. Aos sábados, o horário é das 9h às 13h. Em sábados especiais as lojas ficam abertas até às 17h, sem fechar ao meio dia. Aos domingos as lojas não abrem.

Imbituba vem de “Imbé”, termo indígena que se refere a uma espécie de cipó existente em grande quantidade no município, utilizado na confecção de cordas para o uso de pescadores e agricultores açorianos. Hoje, a cidade se apresenta como uma das regiões mais promissoras do Estado, contribuindo com o desenvolvimento econômico através do Porto de Imbituba e do distrito industrial.

3.4 Características físicas

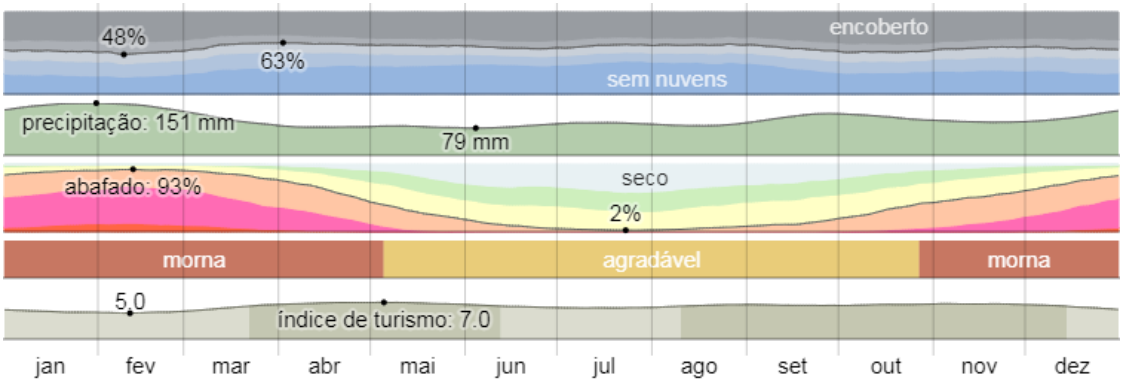
3.4.1 Clima

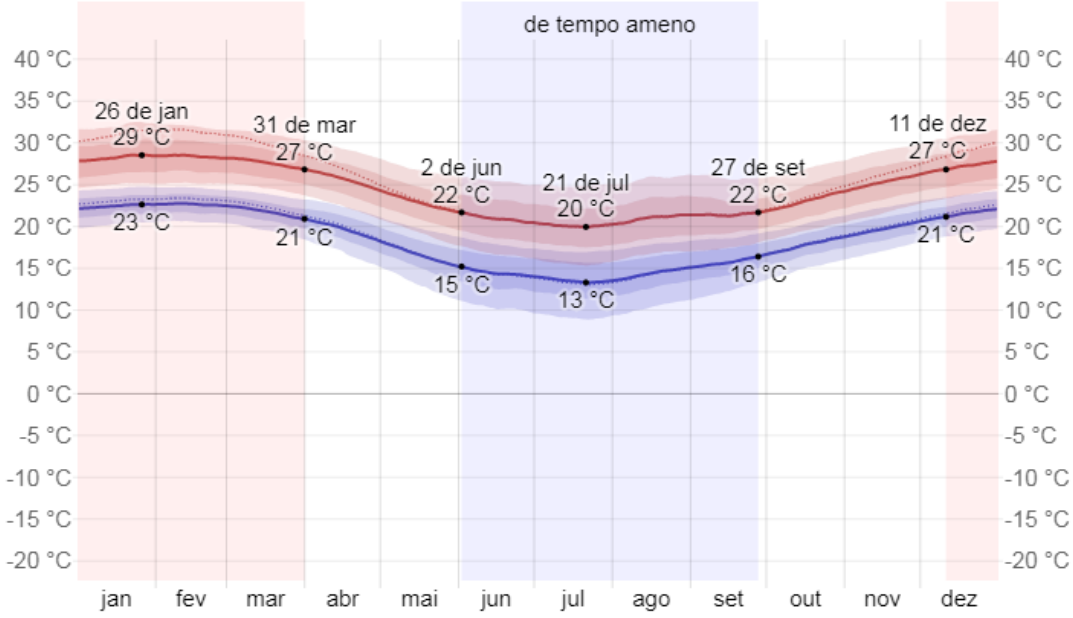
Em Imbituba, o verão é morno e opressivo; o inverno é longo e ameno. Durante o ano inteiro, o tempo é com precipitação, de ventos fortes e de céu parcialmente encoberto. Ao longo do ano, em geral a temperatura varia de *13 °C* a *29 °C* e raramente é inferior a *9 °C* ou superior a *32 °C*.

Baseado no índice de turismo, as melhores épocas do ano para visitar Imbituba e realizar atividades de clima quente são do *fim de março* ao *meio de junho* e do *meio de agosto* ao *meio de dezembro*.

A estação morna permanece por 3,6 meses, de 11 de dezembro a 31 de março, com temperatura máxima média diária acima de 27 °C. O mês mais quente do ano em Imbituba é fevereiro, com a máxima de 28 °C e mínima de 23 °C, em média.

A estação fresca permanece por 3,8 meses, de 2 de junho a 27 de setembro, com temperatura máxima diária em média abaixo de 22 °C. O mês mais frio do ano em Imbituba é julho, com a máxima de 14 °C e mínima de 20 °C, em média.





https://pt.weatherspark.com/y/30009/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Imbituba-Brasil-durante-o-ano

3.4.2 Pluviometria

Os dados apresentados representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano. As médias climatológicas são valores calculados a partir de um série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias de uma região.

Mês	Minima (°C)	Máxima (°C)	Precipitação (mm)
Janeiro	22°	27°	161
Fevereiro	22°	27°	142
Março	22°	26°	137
Abril	19°	24°	109
Maio	16°	22°	115

Mês	Minima (°C)	Máxima (°C)	Precipitação (mm)
Junho	14°	20°	83
Julho	13°	19°	98
Agosto	14°	20°	94
Setembro	15°	20°	131
Outubro	17°	22°	130
Novembro	19°	24°	123
Dezembro	21°	26°	121

Link: https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC

Link: http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt

3.4.3 Pedologia

Os setores de alto risco da área urbana do município de Imbituba foram divididos em:

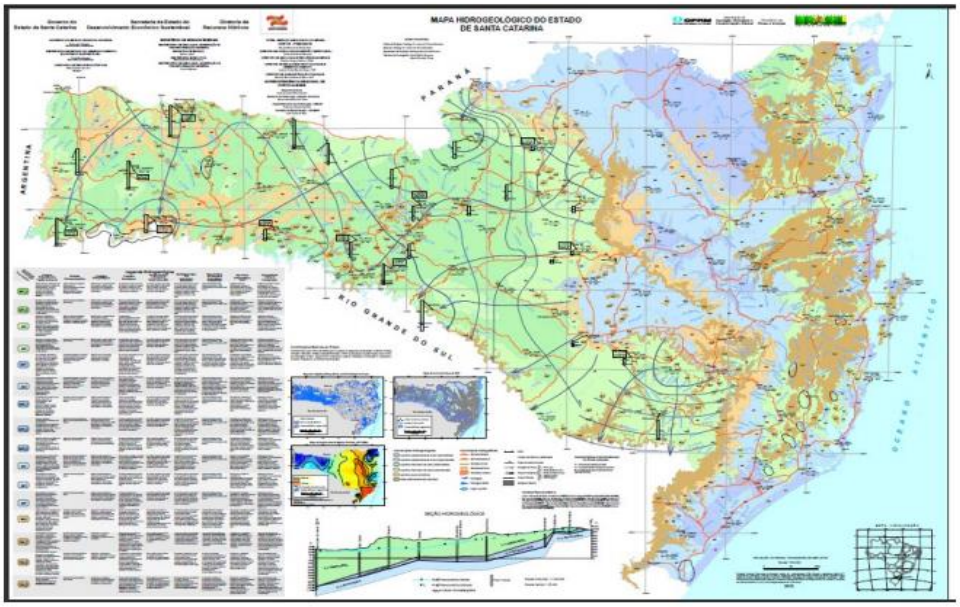
LOCAL NUM_SETOR TIPOLOGIA
Bairro Paes Leme SC_IMB_SR_01_CPRM Escorregamento planar solo-solo
Bairro Paes Leme SC_IMB_SR_02_CPRM Inundação
Bairro Vila Nova Alvorada SC_IMB_SR_03_CPRM Escorregamento planar solo-solo
Praia do Porto SC_IMB_SR_04_CPRM Inundação
Morro do Pacheco SC_IMB_SR_05_CPRM Escorregamento planar solo-solo

Setores de risco alto em Imbituba/SC. Totalizam cincos etores de altor isco destacados emvermelho, verificados nesta etapa de campo realizada em setembro de 2014.

Foram descritos três setores de risco a escorregamento de massa. O primeiro setor foi descrito no bairro Paes Leme e está caracterizado por uma encosta declivosa com taludes de corte com ocupação humana. As casas apresentam alta vulnerabilidade e há alguns registros de escorregamentos pretéritos. Rede de drenagem pluvial éineficiente e aumenta o risco do local. Sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário ausente, sendo este lançado junto à rede pluvial ou no próprio terreno.

3.5 Hidrografia

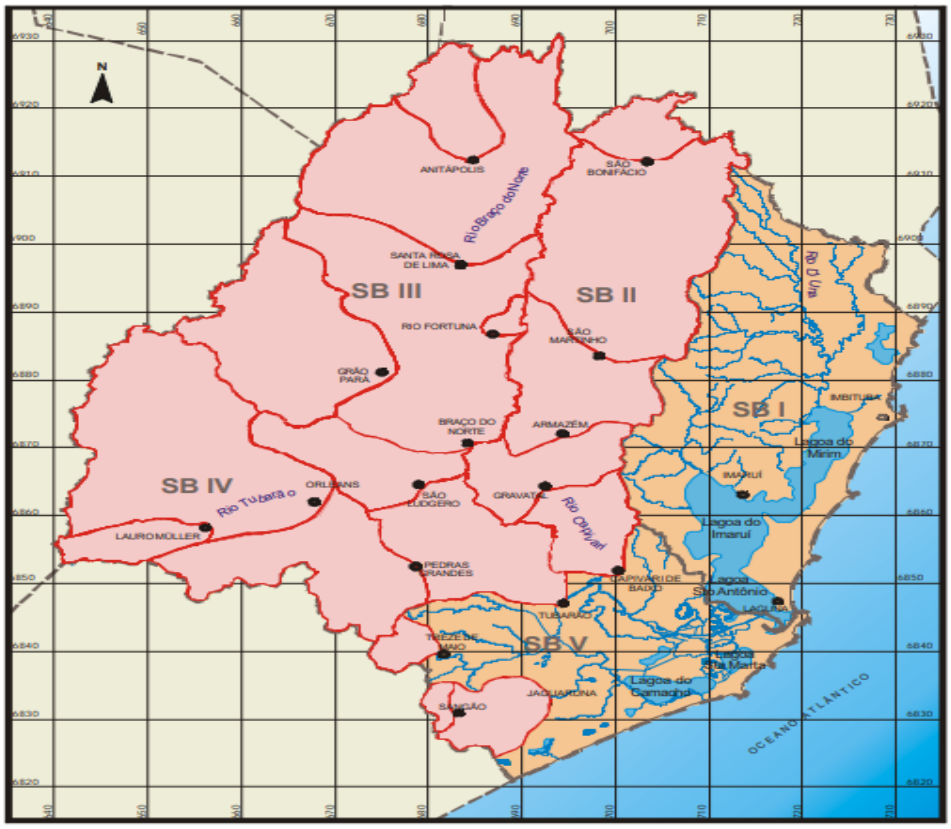
MAPA HIDROGEOLÓGICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



ÁGUAS SUBTERRÂNEAS EM SANTA CATARINA SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PORTO ALEGRE - SUREG/PA PROJETO MAPA HIDROGEOLÓGICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA CONVÊNIO CPRM-DRH/SDS/SC - Nov/2012

A área de abrangência da RH 9 é composta pelo Complexo Lagunar das lagoas do Imaruí e Mirim as duas principais bacias hidrográficas que compõe este sistema são as dos rios Tubarão (4.685 km2) e d'Una (491 km2). A área total desta região é de 5.725 km².

O rio d´Una tem suas nascentes na região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, município de Paulo Lopes. A área preservada que drena os formadores da margem direita do rio d´Una mantém boas as condições da qualidade das águas da bacia nesse trecho. Ao alcançar a planície, o rio d´Una passa pelo município de Imbituba, região de cultivo de arroz irrigado que se estende até as imediações de sua foz no sistema lagunar.



escala 1:750.000

LEGENDA

- Limite da bacia Hidrográfica do rio Tubarão e Complexo Lagunar
- SB — Sub-bacias hidrográficas
- Sub-bacias de contribuição para a diluição de esgotos
- Sedes municipais
- Sistema hídrico

3.6 Saúde

A secretaria municipal da Saúde têm por responsabilidade a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal. A rede de atendimento é composta por várias unidades básicas de saúde PSF, distribuídas em diversos bairros do município, além da Policlínica Municipal de Saúde.

A rede municipal de atendimento à Saúde é composta ainda pelo Centro de Referência da Mulher, Centro de Atenção Psicosocial (CAPS) e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Vigilância em Saúde e SAMU.

Além das ações e serviços de saúde oferecidos ao município, o órgão é responsável pela formulação e implantação de políticas, programas e projetos que visem à promoção da saúde de qualidade a todos os munícipes de Imbituba.

3.7 Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social e Trabalho tem um conjunto da ações municipais se propondo, primeiramente, a adequar a política de assistência social do

município aos ditames elencados nas leis ora vigentes no país. Para isso, tem o dever de formular planos e programas em sua área de competência. A Seasth busca desenvolver sua missão institucional de ampliação da cidadania, defesa dos direitos sociais e, o monitoramento de riscos sociais e pessoais da população alvo dos programas.

SECRETÀRIA: STELA LANE NAPOLEÃO
E-mail: stela.napoleao@imbituba.sc.gov.br
Fone: (48) 3255-0608

3.8 Segurança

(Inserir os órgãos responsáveis, que trabalham para a garantia da Segurança Pública, assim como o nome do(s) responsável(is), o(s) cargo(s) e os contatos).

3.9 Obras

A Secretaria Municipal de Infraestrutura é responsável por desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura urbana,em atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de mobilidade urbana e desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, fiscalizando, coordenando, planejando e zelando pelo município e seus munícipes.

SECRETÁRIO: THIAGO MACHADO
E-mail: thiago.machado@imbituba.sc.gov.br

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

(Levantar informações sobre desastres no município ou região, isto é, levantar o histórico dos eventos ocorridos nos últimos dez anos, como acidentes de origem antropogênica, envolvendo produtos químicos, ou natural, como estiagem e inundações. Além disso, as áreas e populações expostas, os impactos humanos, os danos materiais e principais setores afetados, incluindo o setor saúde, que pode ter seus serviços comprometidos).

XX. Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo XX)	Breve relato

xx/xxxx		
xx/xxxx		
xx/xxxx		

5. Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 0000, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o (a) (Nome do ponto focal do VIGIDESASTRES do município), alocado (a) na Vigilância Sanitária.

4.3.3.1 Ações de Socorro

• Salvamento:

✓ Corpo de Bombeiros: viaturas e botes

✓ Polícia Militar: helicóptero e viaturas

16

• Atendimento Pré-hospitalar:

✓ SAMU: ambulância

✓ Corpo de Bombeiros: viatura

✓ Secretaria de Saúde: Ambulância, carros e Equipes de PSFs

• Evacuação:

✓ Secretaria de Obras e Transportes: caminhões e máquinas pesadas

✓ Secretaria de Educação: ônibus

✓ Corpo de Bombeiro: viatura e botes

✓ Polícia Militar: viatura e helicóptero

 Logística de Serviço:

✓ Servidores municipais da Defesa Civil

4.3.3.2 Assistência às Vítimas

• Cadastro: Secretaria de Assistência Social e Habitação e CRAS

• Abrigamento: Ginásio de Esportes, Escolas e creches Municipais, Centro de Convivência do Idoso

• Recebimento, organização e distribuição de doações: Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Educação

• Atendimento médico/hospitalar: Unidade Básica de Saúde do Centro

• Manejo de mortos: Bombeiros, Polícia Civil e IML

▪ Atendimento aos grupos com necessidades especiais (crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência física, etc....): Conselho Tutelar, Conselho Municipal do Idoso, Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente.

Setores de risco alto em Imbituba/SC. Totalizam cincos etores de altor isco destacados em

vermelho, verificados nesta etapa de campo realizada em setembro de 2014.

00. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.

Etapa	Fase	Objetivo
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

(Deve-se apresentar as ações a serem desenvolvidas na gestão do risco, uma vez que o PPR-ESP deve prever o provimento de:

- Água potável e segura (distribuição de hipoclorito deve ser avaliada);
- Acesso adequado a saneamento;
- Segurança alimentar;
- Abrigos;
- Serviços clínicos básicos.)

5.1 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	1. Geológico		3. Corridas de massa	1. Solo/Lama	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.1	
				2. Rocha/ Detrito	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrito, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.2	
			4. Subsidências e colapsos	0	Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades, redução da porosidade do solo ou deformação de material argiloso.	1.1.3.4.0	
		4. Erosão	1. Erosão costeira/Marinha	0	Processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés.	1.1.4.1.0	
			2. Erosão de margem fluvial	0	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.	1.1.4.2.0	
			3. Erosão continental	1. Laminar	Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado.	1.1.4.3.1	
				2. Ravinas	Evolução, em tamanho e profundidade, da desagregação e remoção das partículas do solo de sulcos provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.	1.1.4.3.2	
				3. Boçorocas	Evolução do processo de ravinamento, em tamanho e profundidade, em que a desagregação e remoção das partículas do solo são provocadas por escoamento hídrico superficial e subsuperficial (escoamento freático) concentrado.	1.1.4.3.3	
	2. Hidrológico	1. Inundações	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	
		2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	
		3. Alagamentos	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	3. Meteorológico	1. Sistemas de grande escala/Escala regional	1. Ciclones	1. Ventos costeiros (mobilidade de dunas)	Intensificação dos ventos nas regiões litorâneas, movimentando dunas de areia sobre construções na orla.	1.3.1.1.1	
				2. Marés de tempestade (ressaca)	São ondas violentas que geram uma maior agitação do mar próximo à praia. Ocorrem quando rajadas fortes de vento fazem subir o nível do oceano em mar aberto e essa intensificação das correntes marítimas carrega uma enorme quantidade de água em direção ao litoral. Em consequência, as praias inundam, as ondas se tornam maiores e a orla pode ser devastada alagando ruas e destruindo edificações.	1.3.1.1.2	
			2. Frentes frias/Zonas de convergência	0	Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	1.3.1.2.0	
		2. Tempestades	1. Tempestade local/Convectiva	1. Tornados	Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical. Essa coluna de ar pode percorrer vários quilômetros e deixa um rastro de destruição pelo caminho percorrido.	1.3.2.1.1	
				2. Tempestade de raios	Tempestade com intensa atividade elétrica no interior das nuvens, com grande desenvolvimento vertical.	1.3.2.1.2	
				3. Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3	
				4. Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4	
				5. Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5	
		3. Temperaturas extremas	1. Onda de calor	0	É um período prolongado de tempo excessivamente quente e desconfortável, onde as temperaturas ficam acima de um valor normal esperado para aquela região em determinado período do ano. Geralmente é adotado um período mínimo de três dias com temperaturas 5°C acima dos valores máximos médios.	1.3.3.1.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
2. TECNOLÓGICOS	2. Desastres relacionados a produtos perigosos	2. Desastres relacionados à contaminação da água	1. Liberação de produtos químicos nos sistemas de água potável	0	Derramamento de produtos químicos diversos em um sistema de abastecimento de água potável, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas, biológicas.	2.2.2.1.0	
			2. Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial, marinho e aquífero	0	Derramamento de produtos químicos diversos em lagos, rios, mar e reservatórios subterrâneos de água, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas e biológicas.	2.2.2.2.0	
		3. Desastres relacionados a conflitos bélicos	1. Liberação de produtos químicos e contaminação como consequência de ações militares	0	Agente de natureza nuclear ou radiológica, química ou biológica, considerado como perigoso, e que pode ser utilizado intencionalmente por terroristas ou grupamentos militares em atentados ou em caso de guerra.	2.2.3.1.0	
		4. Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos	1. Transporte rodoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal rodoviário.	2.2.4.1.0	
			2. Transporte ferroviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal ferroviário.	2.2.4.2.0	
			3. Transporte aéreo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aéreo.	2.2.4.3.0	
			4. Transporte dutoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal dutoviário.	2.2.4.4.0	
			5. Transporte marítimo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal marítimo.	2.2.4.5.0	
			6. Transporte aquaviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aquaviário.	2.2.4.6.0	
	3. Desastres relacionados a incêndios urbanos	1. Incêndios urbanos	1. Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos	0	Propagação descontrolada do fogo em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.	2.3.1.1.0	
			2. Incêndios em aglomerados residenciais	0	Propagação descontrolada do fogo em conjuntos habitacionais de grande densidade.	2.3.1.2.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
2. TECNOLÓGICOS	4. Desastres relacionados a obras civis	1. Colapso de edificações	0	0	Queda de estrutura civil.	2.4.1.0.0	
		2. Rompimento/ colapso de barragens	0	0	Rompimento ou colapso de barragens.	2.4.2.0.0	
	5. Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas	1. Transporte rodoviário	0	0	Acidente no modal rodoviário envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.1.0.0	
		2. Transporte ferroviário	0	0	Acidente com a participação direta de veículo ferroviário de transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.2.0.0	
		3. Transporte aéreo	0	0	Acidente no modal aéreo envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.3.0.0	
		4. Transporte marítimo	0	0	Acidente com embarcações marítimas destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.4.0.0	
		5. Transporte aquaviário	0	0	Acidente com embarcações destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.5.0.0	

Link do COBRADE: http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf

5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de XXXXXX

(Citar o evento adverso de acordo com a vulnerabilidade identificada e histórico de desastres).

Link:http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbdf1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF

5.2.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Nome do ponto focal do VIGIDESASTRES municipal).
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Nome do Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
Mitigação		

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Preparação		

5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

(Inserir nesse caso, os recursos necessários para responder a esfera local: municipal).

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Nome do Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.

5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação		

Link:http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbdf1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 00) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

00. Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail

7. Informações à população

(Inserir todos os meios de comunicação disponíveis, tanto para alertas antecipados sobre eventos adversos, quanto para disseminação de informes e instruções à população sobre as doenças e agravos à saúde por ocorrência de evento adverso).

8. Capacitações

(Inserir como as equipes técnicas do município serão capacitadas, para que estas possam ter o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres).

9. Referências

(Norma ABNT NBR 6023 - https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTkIo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view)

Glossário

Anexos

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

(Listar os equipamentos e máquinas para manutenção e obras)

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização

Anexo II

Contatos interinstitucionais

(Listar contatos para integração interinstitucional no gerenciamento do risco de desastres)

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)